



Desigualdade, *Crescimento* e COMBATE À POBREZA

MARCELO NERI

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

A DESIGUALDADE ESTÁ PARA o Brasil assim como a violência está para a Colômbia ou a discriminação racial estava para a África do Sul. A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,59 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Vejamos outras medidas de concentração. No Brasil, os 10% mais ricos detêm quase 50% da renda nacional. Ao passo que os 50% mais pobres se apro-

priam de pouco mais de 10% dessa renda. Ou seja, a renda individual do grupo de elite é quase 25 vezes aquela observada no grupo mais pobre.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

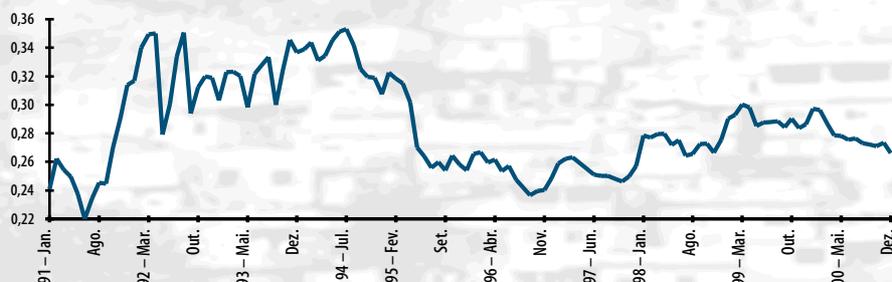
A proporção de indigentes no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$76 por mês, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos atuais 29,3% para 24,1%, se a renda *per capita* nacional crescer 4% ao ano por cinco anos con-

secutivos. Isso significa que quase nove milhões de brasileiros atravessarão a linha da indigência nos próximos anos, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 21,6% fosse combinada com uma queda de 8,5% do Gini, a indigência brasileira cairia quase à metade (46%). A proporção de indigentes passaria para 15,79%. Ou seja: os 49,675 milhões de pobres iniciais se reduziriam para 26,777 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,59 para os níveis de 0,54 encontrados no estado de São Paulo.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer nos próximos cinco anos. A redução do Gini de 8,5% sozinha diminuiria a proporção de indigen-

Proporção de pobres



Fonte: Microdados PME – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

Reduzir a desigualdade num contexto de boom econômico parece mais factível do que em recessão, quando perdas estão sendo repartidas.

tes em 8,3 pontos percentuais contra 5,1 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais.

Evolução recente — Se buscássemos sintetizar o dia-a-dia do debate social brasileiro dos últimos anos numa única variável, esta seria, sem dúvida, a taxa de desemprego. Em outras palavras, o desemprego constitui o principal indicador utilizado cotidianamente no monitoramento das condições de vida da nossa população. A face mais visível dos choques recentes que atingiram a economia brasileira foi o pulo de dois pontos de percentagem na série dessazonalizada da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE), em janeiro de 1998, três meses após a alta dos juros adotada em reação à crise asiática. A análise desagregada em bases semanais dessa inflexão identifica a passagem da última semana de 1997 para a primeira de

1998 como o momento em que a crise de desemprego se instalou nas nossas séries históricas.

O fim da crise de desemprego se deu de maneira quase tão abrupta quanto o seu aparecimento, a taxa cai de 6,2% para 4,8% entre novembro e dezembro de 1997, véspera da manifestação da crise. Entretanto, o comportamento da taxa de desemprego tem sido dominado por mudanças na oferta de trabalho (ponto enfatizado por Lauro Ramos, do IPEA), enquanto o problema da baixa qualidade do trabalho não é contemplado na estatística. Em suma, o desemprego constitui um mal indicador de desempenho global do mercado de trabalho.

Privilegio aqui o uso de medidas de bem-estar social baseadas em renda familiar *per capita* do trabalho. Isto é, a soma das rendas do trabalho de toda a família dividida pelo número de membros (incluindo as crianças). Este conceito resume fatores operantes sobre o trabalho de toda a família, como os níveis de desocupação, ocupação e rendimento, auferidos de maneira formal ou informal. Além de maior poder de síntese, essa medida pode ser calculada com as mesmas pesquisas utilizadas para auferir mensalmente a taxa de desem-

prego. Outra vantagem é permitir relações mais diretas com elementos da literatura de bem-estar social, como pobreza, que nos interessa em particular.

O monitoramento de pobreza com base na PME é fundamental em todos os momentos pela agilidade da pesquisa, mas crucial nos momentos em que a PNAD-IBGE não foi a campo, como 1994 e 2000. Com o Censo, os novos números da miséria nacional só serão conhecidos com defasagem. Até lá os dados ficarão estacionados na última PNAD, outubro de 1999.

A PME mostra que a miséria é maior hoje do que no começo da década de 90. A ausência de tendência definida na série apresentada é o aspecto que mais chama a atenção. Por outro lado, a PME é um indicador imperfeito da PNAD, pois cobre apenas a renda do trabalho nas seis principais regiões metropolitanas. De qualquer forma observamos que após a queda da proporção de pobres de cerca de um terço (33,4%) para um quarto (25,1%) entre 1994 e 1996, a média anual do indicador volta com as sucessivas crises a um valor intermediário em 1999 (29%). A retomada do crescimento observada em 2000 gera a primeira queda da pobreza depois de terminada a lua de mel com o real, atingindo o valor de 27,9%. ■